



Associação Nacional de Professores

## **REFLEXÃO SOBRE OS CURRÍCULOS DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

De acordo com os documentos consultados, a última Revisão da Estrutura Curricular ocorreu ainda muito recentemente, tendo a sua implementação acontecido a partir do ano letivo 2012/2013. Neste sentido, a Associação Nacional de Professores (ANP) entende que não se afigura nada benéfico altera-se constantemente a estrutura dos currículos. Importa salientar que, o currículo do 1.º ciclo do ensino básico, 3.º e 4.º anos de escolaridade, vai ser alterado com a introdução do Inglês a iniciar-se no ano letivo 2015/2016.

É fundamental assumir o currículo como um amplo projeto social e um processo deliberativo, apoiado numa efetiva flexibilização e autonomia curriculares.

Fazer uma reflexão sobre os Currículos da Escolaridade Obrigatória é, no fundo, fazer uma associação muito próxima entre o conceito de currículo e o conceito de programa. Sendo os Programas documentos curriculares de referência que visam o desenvolvimento do ensino e o currículo será um plano estruturado de ensino-aprendizagem para cada um dos ciclos de ensino, com os conteúdos a trabalhar e as capacidades a desenvolver para a obtenção dos resultados que se pretendem alcançar.

A qualquer reforma dos currículos deve existir previamente uma rigorosa e exigente avaliação curricular, o que, no entender da ANP o Ministério da Educação e Ciência não tem sido capaz de realizar, ou então, só muito pontualmente o tem feito. Ademais, as causas dos resultados menos positivos do sistema de ensino podem não estar nos currículos, mas antes em fatores de vária ordem que interferem nas nossas escolas que urge analisar.

Decreta-se com alguma facilidade uma reforma curricular.

A ANP considera preponderante uma monitorização, acompanhamento e avaliação dos currículos constante, porém, as suas alterações só devem acontecer após um período de tempo razoável em vigência.

Pensar-se numa reforma curricular é, antes de mais, uma questão política, tendo como objetivo produzir alterações no sistema educativo. É neste contexto que se irá

Declarada de Utilidade Pública – D.R. n.º 228, II Série, de 03/10/1991



## Associação Nacional de Professores

configurar o currículo. A este propósito, o desenvolvimento do ensino, neste momento, é orientado por Metas Curriculares onde se definem os conhecimentos e as capacidades essenciais que os alunos devem adquirir nos diferentes ciclos ou anos de escolaridade. Concorde-se ou não com a definição de Metas Curriculares, uma vez em vigor, estas deverão fazer o seu caminho, fazer-se uma avaliação e, só depois alterar ou modificar. No que às metas diz respeito a ANP entende que, não é contra as metas em si, mas é crítica sobretudo, por serem demasiado exigentes. A exemplo disso, aponta-se o seguinte caso: *o atingir de mínimos obrigatórios definidos em termos de Metas Curriculares para a leitura no 1.º ciclo do ensino básico, na velocidade da leitura, baseando-se em referenciais muito exigentes, (Ler um texto com articulação e entoação razoavelmente corretas e uma velocidade de leitura de, no mínimo, 55 palavras por minuto – 1º ano) muito poucos alunos conseguem atingir esta Meta.*

Em conclusão, a ANP defende que, eventualmente os problemas relacionados com a educação e nomeadamente na Escola Pública não estará nos currículos em vigor na escolaridade obrigatória, mas antes, em muitos fatores que interferem na própria escola, a começar pelo desinvestimento que, ano após ano, tem vindo a fazer-se na área da educação, onde, muitas vezes, a falta de recursos humanos é bem evidente. Em termos de educação é necessário um entendimento global entre as diversas forças políticas que nos representam, para haver estabilidade na educação, caso contrário, continuaremos com experimentalismos e mudanças, de acordo com as alterações governativas que se sucederem, e continuamos a apostar e afirmar publicamente na necessidade da existência de um pacto educativo a doze anos (ciclo de escolaridade obrigatória).

Assembleia da Republica, 25 de fevereiro de 2015

A Direção Nacional da Associação Nacional de Professores

Paula Figueiras Carqueja  
(Presidente)